

# OS INDUSTRIAIS GAÚCHOS E O ESTADO NO PÓS-64 \*

*Denise Gros\*\**

## Introdução

No decorrer do processo de liberalização política do País na última década, os empresários tornaram-se atores importantes desde que seus principais líderes começaram a manifestar-se publicamente sobre problemas mais amplos do que o universo de suas empresas. Em especial a partir de 1974, a atuação política das lideranças nacionais do empresariado dirigiu-se contra o aumento da presença do Estado na economia.

A intervenção econômica do Estado é entendida aqui como o processo de ampliação das funções do Estado, que se intensifica após 1964. Esse processo abrange a expansão da atividade empresarial estatal em empresas produtivas e de serviços; a concentração, no Estado, dos recursos financeiros e da definição das prioridades para sua aplicação; e a centralização do poder decisório sobre a política econômica nacional, em especial após o Governo Geisel.<sup>1</sup>

A relação histórica entre o Estado e o empresariado nacional tem sido abordada com diferentes enfoques pelos cientistas sociais,<sup>2</sup> porém ainda existem poucos estudos sobre as burguesias regionais.

---

\*Este ensaio faz parte de uma pesquisa mais ampla sobre a relação dos industriais gaúchos com o Estado nacional.

Agradeço as críticas e sugestões de Ines Cortazzo, Naira Lápiz, Tania Barcellos, Rubens Soares de Lima, Paulo F. Machado e Fábio Gonçalves, com quem discuti o texto.

\*\*Técnica da FEE.

<sup>1</sup> Essas questões não serão aqui desenvolvidas. Sobre a ampliação das funções do Estado na economia brasileira e o sentido das críticas empresariais à estatização, ver, entre outras, as participações de Francisco de Oliveira, João Manoel Cardoso de Mello, Fernando H. Cardoso, Luís Gonzaga de Mello Belluzzo e Luciano Coutinho no debate sobre Estado e Economia no Brasil, da XXIX Reunião da SBPC (Ensaios de Opinião, 5(2-3), 1977). Ver, também, Martins, C. E. (1977) bem como Martins, L. (1968 e 1978), Pessanha (1978), Matias (1977), Abranches (1979 e 1981), etc.

<sup>2</sup> Ver, entre outros os estudos clássicos sobre o empresariado de F. H. Cardoso (1971) e Luciano Martins (1968) e, mais recentes, as pesquisas de Eli Diniz e Renato Boschi (1978 e 1979).

Este ensaio constitui-se numa primeira aproximação ao pensamento dos empresários industriais gaúchos sobre a atuação do Estado nacional na economia; portanto, tem um caráter exploratório, limitando-se a levantar questões que deverão ser aprofundadas no desenvolvimento da pesquisa.

Na primeira parte, efetuou-se uma reconstituição sintética, a partir da bibliografia existente, da atuação política do empresariado nacional no período 1964-78, numa tentativa de situar a problemática dessa fração da burguesia no contexto nacional. O período em análise compreende três conjunturas com características próprias: 1964-67, a fase de implantação do regime que tomou o poder em março de 1964; 1968-73, a fase do “milagre econômico” e de consolidação do regime; 1974-78, o fim do “milagre”, a crise econômica e o início da liberalização política.<sup>3</sup>

A essas três conjunturas corresponderam atitudes diferenciadas do empresariado nacional frente ao Estado. Na primeira, os empresários apoiavam a atuação política do Estado (de desestruturação da ordem anterior), mas questionavam certos aspectos da política econômica de austeridade. Durante o período do “milagre”, beneficiados pelos resultados positivos da economia, os empresários aderiram sem reservas ao regime. Com o fim do “milagre” e o início da distensão política do Governo Geisel, começam a surgir as críticas empresariais ao Estado, em especial à centralização das decisões econômicas em órgãos superiores do Executivo, e à “estatização”.

Na segunda parte, realizou-se uma sistematização das manifestações do empresariado industrial gaúcho reunido na Federação das Indústrias do Rio Grande do Sul (FIERGS) no período 1964-78. Foram selecionados os documentos que dizem respeito à atuação do Estado nacional tanto a nível político quanto à ação direta na economia, à centralização e destinação dos recursos financeiros e ao planejamento e regulação das atividades econômicas.

Nesta fase da pesquisa, a decisão de reconstituir o pensamento dos industriais gaúchos através dos Relatórios Anuais da FIERGS prende-se ao fato de que, ao nível formal, a entidade é o órgão máximo da estrutura de representação patronal oficial do Estado. Ademais, um exame da constituição de suas diretorias no período estudado mostra que os cargos são preenchidos por representantes dos setores mais importantes da indústria gaúcha — metal-mecânica, material elétrico, calçados, alimentação, bebidas e construção civil. Apesar dessa representatividade formal da FIERGS, tem-se claro que a utilização desses Relatórios, se, por um lado, facilita uma visão geral do pensamento dos industriais gaúchos, por outro, impede que se alcancem posições específicas dos empresários de determinados ramos e setores da indústria, que são diferentemente afetados pela política econômica adotada.

Nas considerações finais, procurou-se resumir as principais questões discutidas pelos industriais gaúchos nas diferentes conjunturas em análise e, paralelamente, levantar algumas hipóteses explicativas sobre essas questões.

---

<sup>3</sup> Esta periodização é utilizada por Diniz (1983).

## O empresariado nacional e o Estado no pós-64

Na última década, têm sido freqüentes as manifestações críticas ao Governo por parte do empresariado nacional, especialmente o industrial. Essas críticas não se limitam à forma como tem sido conduzida a política econômica, mas chegam ao questionamento do modelo de desenvolvimento instaurado no País, após 1964.

Qual o sentido dessa crítica ao regime burocrático—autoritário, vinda de uma de suas principais bases sociais de sustentação? Ela deve ser entendida como uma ruptura do empresariado com um Estado que não mais responde aos seus interesses, ou como uma tentativa de rearticulação política dessa fração de classe com o objetivo de defender seus interesses num contexto econômico, político e social distinto daquele de 1964?

Para compreender essas questões, é necessário reconstituir o modo como se deu a relação entre o empresariado e a legitimação da ordem autoritária a partir de 1964.

Analisando os primeiros dez anos da “Revolução”, Eli Diniz (1983) identifica duas fases distintas do regime — 1964 a 1967 e 1968 a 1973 — na tentativa de implementar um projeto comprometido com os interesses privados da economia e com um dado padrão de desenvolvimento capitalista. A essas duas fases corresponderam atitudes diferenciadas do empresariado.

A primeira fase (1964-67) caracterizou-se, a nível político, pela prioridade dada à desestruturação da ordem anterior. Com esse objetivo, a ação governamental seria centrada na desmobilização dos diferentes segmentos da sociedade civil e de seus respectivos canais de participação: sindicatos, partidos, movimentos sociais urbanos e rurais. A nível econômico, a preocupação seria com o saneamento da economia nacional, que indicava como prioridade o controle da inflação. Para tanto, seria implementada uma política econômica restritiva, centrada no controle dos salários e dos meios de pagamento. Durante esse período, a posição do empresariado era ambígua: apesar de apoiar as medidas políticas de desmobilização social, questionava certos aspectos da política de austeridade, em especial a contenção de crédito para o setor privado e a redução do nível de investimentos.

A segunda fase (1968-73) caracterizou-se pela tentativa de legitimação do regime frente às suas principais bases de apoio, através dos resultados positivos de sua política econômica: desenvolvimento capitalista baseado em forte intervenção estatal, concentração oligopolística da produção e internacionalização da economia. O êxito do “milagre econômico” entusiasmou o empresariado nacional, fazendo com que a “( . . . ) ambigüidade inicial fosse substituída pela adesão generalizada, predominando uma visão otimista quanto à eficácia do modelo formulado pela coalisão dirigente” (Diniz, 1983, p. 15).

Note-se que é nesse período que se intensifica a participação do Estado na economia. Na década de 70, “( . . . ) foram criadas mais empresas governamentais que no verso dos 60 anos precedentes” (Martins, 1978). Contudo, enquanto durou o “milagre”, essa questão não parecia prejudicar os interesses dos empresários. Por que então, a partir de 1974, o empresariado nacional se mobiliza num debate sobre

a estatização, que pode ser interpretado como uma perda de legitimidade do regime frente a essa fração da burguesia?

O tema “estatização” dominou as manifestações do empresariado nacional desde a divulgação do II Plano Nacional de Desenvolvimento (PND), em setembro de 1974, até 1977, através de uma campanha contra a estatização. A partir de então, o debate ganhou contornos mais políticos, culminando nas reivindicações democráticas contidas no **Primeiro documento dos empresários** do Fórum da Gazeta Mercantil (GM, 27.6.78, p. 7).

As críticas dos empresários brasileiros à condução da política econômica nacional aparecem como resposta ao II PND que definiu a estratégia econômica do Governo Geisel para o quinquênio 1975-79. Com o objetivo de manter o crescimento econômico do País e consolidar a sua posição entre as potências capitalistas emergentes, o PND tem dois pontos prioritários: a montagem de um novo padrão de industrialização baseado no desenvolvimento da indústria de base (insumos básicos e bens de capital) e o fortalecimento da empresa privada nacional, a parte mais fraca do tripé em que se assenta a economia nacional — capital privado nacional, capital estatal e capital estrangeiro. A transformação do setor de bens de produção em setor líder do processo de industrialização dar-se-ia, especialmente, através de investimentos da administração pública central e das empresas estatais.

Os empresários interpretaram o II PND como o elemento “(. . .) desencadeador de um irreversível processo de estatização” (Lessa, 29.04.80, p. 34) na medida em que o objetivo de expansão econômica centrada no desenvolvimento da indústria de base colocava as empresas estatais, produtoras de insumos básicos e de serviços de infra-estrutura, no comando do processo de industrialização. Segundo Carlos Lessa, essa liderança aconteceria de duas formas:

“Diretamente, na medida em que fixaria um horizonte de demanda firme e ascendente para que a indústria de bens de capital pudesse dar um salto quantitativo e em qualidade. Indiretamente, para toda a indústria, ao estabelecer novos pressupostos de localização, especialização e expansão referidos àquelas frentes prioritárias. Nesta perspectiva, a empresa estatal seria o ator principal no comando do movimento de industrialização” (Lessa, 29.04.80, p. 33).

Note-se que a reação dos empresários à política econômica do Governo Geisel não foi homogênea. A crítica dos industriais foi diferenciada de acordo com os setores aos quais pertenciam e à forma como estes seriam afetados pelas modificações econômicas propostas no II PND.

O setor ligado ao capital internacional — produtor de bens duráveis de consumo — desde o início mostrou-se receoso com o aumento da importância das empresas estatais na economia e a ampliação da ação reguladora do Estado contidos nas propostas econômicas do Governo (Cardoso, 1983, p. 15-7).

Já o setor nacional de bens de capital, como foi mostrado por Lessa (29.04.80, p. 33-4 e 1978), de início entusiasmou-se com o Plano na expectativa de crescimento da demanda de bens de capital e de insumos básicos, que seria sustentada, prin-

principalmente, pelas encomendas das empresas estatais às indústrias privadas nacionais do setor. Mas, tanto pela evolução da crise econômica nacional quanto pela pressão das multinacionais interessadas no setor, o Governo não pôde cumprir as promessas de encomendas previstas pelo II PND. A partir de então, os empresários do setor nacional de bens de capital passaram a liderar as críticas à política econômica do Governo e, a partir de 1978, ao autoritarismo.

Durante o período 1975-77, a crítica dos empresários à condução da política econômica intensificou-se, sendo veiculada pelos órgãos de classe do empresariado e pela grande imprensa, no que ficou conhecido como a “Campanha Contra a Estatização” (Pessanha, 1981). Essa crítica visava a dois pontos básicos: o crescimento da intervenção estatal na economia nos últimos anos e a centralização excessiva do poder decisório no Executivo.

A crítica dos empresários à expansão da atividade econômica estatal na área produtiva centrava-se no aumento do número de empresas estatais e seu desdobramento em subsidiárias que, muitas vezes, invadiam setores cativos da empresa privada. Também o gigantismo das empresas estatais era criticado, pois, para os empresários, ele era reforçado pelos privilégios que as empresas públicas recebiam do Estado: favorecimento na política de preços, isenções tributárias, fácil acesso às informações técnicas e aos investimentos, etc. Na área de recursos financeiros, os empresários questionavam, em especial, a excessiva carga tributária, a concentração no Estado das poupanças voluntária e compulsória do País e o crescimento da rede bancária tanto a nível federal quanto estadual.

Quanto à ação reguladora do Estado sobre a economia, os empresários consideravam-na excessivamente centralizada em órgãos aos quais a categoria não tinha acesso — como a Secretaria de Planejamento (SEPLAN) e o Conselho de Desenvolvimento Econômico (CDE) — e que não atendiam aos interesses de desenvolvimento da iniciativa privada. Essa avaliação demonstra uma certa clareza do empresário ao perceber que as modificações adotadas no processo de planejamento e regulação da economia, no início do Governo Geisel, resultariam em maior concentração de poder e recursos nas mãos do Executivo.<sup>4</sup>

---

<sup>4</sup> Foram elas: a) transformação do Ministério do Planejamento em Secretaria do Planejamento, diretamente subordinada ao Presidente da República; b) criação do Conselho de Desenvolvimento Econômico, também subordinado à Presidência, com a responsabilidade de traçar as diretrizes da política econômica nacional; c) transferência dos fundos do PIS e do PASEP para o controle do BNDE, para serem aplicados em programas especiais de desenvolvimento (anteriormente, esses fundos eram geridos pela Caixa Econômica Federal e aplicados em financiamentos de consumo e de capital de giro) e criação das subsidiárias Insumos Básicos S/A — Financiamento e Participações (FIBASE), Mecânica Brasileira S/A (EMBRAMEC) e Investimentos Brasileiros S/A (IBRASA). Essas medidas garantiriam ao Governo poder de decisão e recursos para a consecução de sua estratégia econômica definida no II PND Ver Pessanha (1981, cap. 3).

Para os empresários, a conjugação de todo esse processo de crescimento da atividade econômica do Estado, de concentração dos recursos financeiros e do poder de decisão sobre os rumos da economia nacional poderia ter como consequência o fim do regime da livre iniciativa e a implantação de um regime não capitalista no País. Este temor se deve à concepção de liberalismo presente no ideário de parte significativa dos empresários, que

“( . . . ) recuperam a velha idéia de Locke da interdependência das duas liberdades: a econômica e a política. As duas são condicionantes recíprocas e mutuamente se alimentam; a desapareição de uma instaura o arbítrio e leva fatalmente à morte da outra liberdade” (Lessa, 1980, p. 32).

Nesses termos, para os empresários, o cerceamento de sua liberdade econômica, provocado pelo crescimento da intervenção estatal viria acompanhado, a nível político, pela centralização total do poder nas mãos do Estado. É ilustrativo deste pensamento uma declaração de Magalhães Pinto:

“O meu receio é a estatização completa da economia, porque neste dia acabará a democracia. O Governo tem que dizer o que pretende, pois, se houver uma estatização generalizada, nós vamos para outro regime, exatamente o regime que nós combatemos” (Veja, 1976).

Como resultado desse debate, em março de 1976 o Secretário de Planejamento, João Paulo dos Reis Velloso, solicitou aos empresários que enviassem ao Governo suas sugestões para desestatizar a economia nacional. Em resposta, as principais associações empresariais do País, tanto do setor industrial quanto do financeiro e do comercial, encaminharam suas propostas.

Essas sugestões abrangiam a atividade produtiva do Estado, o controle estatal dos recursos financeiros do País e o controle do Estado sobre o processo de definição da política econômica nacional. Na esfera produtiva, os empresários propunham a privatização de determinadas empresas públicas, a proibição do surgimento de novas empresas estatais e/ou da criação de subsidiárias das já existentes e a supressão dos privilégios das estatais. Na área financeira, foi sugerida a limitação dos recursos públicos à receita tributária, a transferência das poupanças voluntárias e compulsória para a esfera privada e a limitação da atividade dos bancos oficiais.

Quanto à centralização do poder decisório do Estado sobre a política econômica e sobre a própria atividade produtiva estatal, os empresários sugerem medidas que garantam, por um lado, a ampliação de sua participação nas instâncias de decisão econômica já existentes e, por outro, a criação de novos órgãos para controlar a atuação do Estado. Essas medidas incluem

“( . . . ) a reativação de todos os órgãos de deliberação coletiva com representação empresarial, a criação de conselhos, ou a formação de grupos dentro dos conselhos existentes, para disciplinar a concorrência entre empresas públicas e particulares, delimitar áreas de atuação dos setores público e privado, proibir intervenções estatais por via administrativa, controlar a expansão das empresas públicas e a ação da tecnoburo-

cracia estatal, opinar e deliberar sobre a ocupação dos espaços vazios, destino dos lucros das empresas estatais e dos recursos oriundos da poupança” (Pessanha, 1981, p. 110).

A resposta do Estado às demandas dos empresários foi dada em julho de 1976, através de um documento elaborado pelo Conselho de Desenvolvimento Econômico – **Ação para a Empresa Privada Nacional**.<sup>5</sup>

Nesse documento, o Governo sintetiza sua posição no debate entre a empresa privada e a intervenção estatal numa frase: “O Governo pensa e vai fazer o que está no II PND, aprovado pelo Congresso Nacional”. Citando trechos do Plano, o Governo reafirma a atividade econômica estatal nos setores de infra-estrutura (energia, transportes e comunicações) e nas áreas de desenvolvimento social (educação, saúde e previdência social). Nos demais setores, define que só haverá projetos sob controle de empresas governamentais se a iniciativa privada não puder ou não quiser realizá-los. Quanto à transferência de empresas estatais para a iniciativa privada, o documento considera que sua atuação se dá nos setores definidos pelo II PND, com raras exceções que não chegam a um número significativo: “área de seguros, um ou outro caso de transportes, situações isoladas em algumas indústrias”. Na área financeira, é confirmada a gestão do BNDE sobre a aplicação dos fundos de poupança (PIS, PASEP, FGTS) que serão destinados “preponderantemente ao setor privado”, em especial para a produção de insumos básicos.

Quanto à demanda mais importante dos empresários – sua participação no processo de definição da política econômica –, não há referência explícita no documento do Governo. Há apenas menção ao objetivo de criar um grupo de trabalho, de caráter consultivo, para

“( . . . ) apresentar sugestões concretas sobre formas de consolidar a posição da empresa privada nacional. Este grupo de trabalho teria a participação do setor privado, do Secretário do Planejamento e de representantes dos Ministérios da Fazenda, da Indústria e Comércio e das Minas e Energia”<sup>6</sup> (Pessanha, 1981, p. 155).

A polêmica sobre a estatização foi também a tônica da IV Conferência Nacional das Classes Produtoras (CONCLAP), realizada em novembro de 1977 no Rio de Janeiro. O documento final da CONCLAP, a **Carta do Rio de Janeiro**, enfatiza a “hipertrofia da ação estatal”, direta e indireta, que “inibe a atividade empresarial privada”. Para os empresários,

<sup>5</sup> **Ação para a empresa privada nacional**. Documento aprovado pelo Presidente da República, no âmbito do CDE, em 15.6.76 (Mimeo).

<sup>6</sup> Segundo Pessanha (1981, p. 155), tal grupo teve vida efêmera e, depois de alguns atritos entre um representante da iniciativa privada e o Ministro Reis Velloso, foi desativado.

“( . . . ) a grande tarefa nacional é exatamente a de construir, em bases sólidas, os fundamentos de uma economia de mercado através de uma opção clara e sem hesitações por uma estratégia que crie condições efetivas para o florescimento não tutelado da empresa privada no Brasil” (GM, 1977, p. 3).

A definição dessa estratégia deveria, segundo o documento, levar em conta uma série de princípios gerais, dentre os quais destacam-se: a limitação da presença do Estado na economia tanto no âmbito de sua participação direta, através de empresas estatais, quanto na sua atuação indireta, através de mecanismos de regulamentação do funcionamento do setor privado; revisão do sistema de planejamento, que deveria voltar-se para a racionalização do próprio setor público e limitar-se a indicar as grandes prioridades nacionais, as quais, para serem fixadas, deveriam contar com a “( . . . ) criação de mecanismos de consulta junto aos representantes dos diferentes segmentos da sociedade, a fim de refletir de maneira mais precisa as preferências da comunidade” (GM, 5/7.11.77, p. 3).

A questão da democracia, que já vinha sendo discutida pelos diferentes segmentos da sociedade civil brasileira, é inserida, timidamente, no documento da CONCLAT, onde a “descentralização econômica” desejada “( . . . ) está intimamente relacionada com o pluralismo político, melhor forma para acomodar as naturais dissensões numa sociedade em processo de intensa transformação, como é o caso atual do Brasil” (GM, 5/7.11.77, p. 3).

A opção democrática do empresariado, fazendo coro às reivindicações do resto da sociedade brasileira, define o tom das declarações dos líderes empresariais mais representativos do País.<sup>7</sup> “O que importa é que a sociedade possa controlar o Estado e não o inverso, como acontece agora. E para que isto aconteça, só existe um caminho: o acerto político. A única saída é a democracia.”<sup>8</sup> Essas declarações evidenciam a politização do discurso dos empresários, que consolidam sua posição sobre os problemas nacionais num manifesto que ficou conhecido como **Pri-meiro Documento dos Empresários do Fórum da Gazeta Mercantil**, em 1978.

Nesse documento, o tema da estatização é substituído por um discurso político mais genérico que endossa as críticas da sociedade civil ao modelo do desenvolvimento adotado pelo regime e reivindica um sistema mais aberto:

“( . . . ) desejamos exprimir nossa concepção sobre os rumos do desenvolvimento econômico, fundado na justiça social e amparado por instituições políticas democráticas, convencidos de que estes são, no essencial, os anseios mais gerais da sociedade brasileira” (GM, 27.06.78, p. 7).

<sup>7</sup> A partir de 1977, a Gazeta Mercantil elege, anualmente, através de consulta a milhares de empresários de todo o País, os dez mais representativos líderes da categoria. A seguir, esses empresários participam de um fórum de debates e emitem um documento com sua posição quanto à situação econômica, política e social do País.

<sup>8</sup> Declaração de Severo Gomes, 2º mais votado na pesquisa (GM, 13.09.77, p. 1).



Na primeira parte do documento dos empresários, é feita uma proposta de política industrial que busca amenizar os desequilíbrios econômicos provocados pelo modelo de desenvolvimento adotado no País. A ênfase no desenvolvimento industrial deverá repousar sobre a indústria de base e, a partir dela, deverão ser hierarquizadas as prioridades. A principal será o fortalecimento da empresa privada nacional, que ainda não teria alcançado uma posição de equilíbrio frente às estrangeiras e estatais. Para tanto, estabelece o documento que será necessário: a) criar mecanismos de capitalização da empresa privada nacional, o que pressupõe uma rearticulação entre o sistema industrial, o sistema financeiro privado e o sistema público de financiamento; b) formular uma política de produção, absorção e adaptação de tecnologia, que seja inspirada nas prioridades do desenvolvimento industrial e na disponibilidade de recursos naturais; c) formular uma política de gastos do Governo e das empresas estatais, que devem estar “subordinadas à política industrial, de modo a evitar distorções provocadas por seu comportamento descontrolado e prejudicial aos interesses maiores da economia nacional”. Os empresários propõem, ainda, como questões importantes para a execução desta política industrial a necessidade de se estabelecerem critérios para a atuação das empresas estrangeiras no País, e de se criarem mecanismos de estímulo e proteção à pequena e média empresas. Finalmente, o documento afirma que a efetivação desse tipo de política industrial tem como pressuposto a participação ativa dos industriais na sua elaboração:

“(...) os órgãos encarregados de sua formulação deverão abrigar representação dos industriais, que poderão, assim, emprestar sua experiência e conhecimento no desenho das grandes linhas daquela política, ainda que não interferindo nas decisões administrativas” (GM, 27.06.78, p. 7).

A segunda parte do documento dos empresários dedica-se à proposição de uma política social que minimize as desigualdades sociais profundas existentes no País e que “põem em risco, a longo prazo, a estabilidade social”. Essa proposta de política social deverá basear-se numa política salarial justa que tenha como pressupostos a liberdade sindical e a modernização da estrutura sindical do País. Além disso, será necessário que “o Estado enfrente as carências gritantes em matéria de saúde, saneamento básico, habitação, educação, transportes coletivos urbanos e defesa do meio ambiente”, ampliando os investimentos públicos nesta área.

Finalmente, os empresários definem que tipo de regime político permitirá a consecução dessas propostas:

“Acreditamos que o desenvolvimento econômico e social, tal como o concebemos, somente será possível dentro de um marco político que permita uma ampla participação de todos. E só há um regime capaz de promover a plena explicitação de interesses e opiniões, dotado ao mesmo tempo de flexibilidade suficiente para absorver tensões sem transformá-las num indesejável conflito de classes — o regime democrático” (GM, 27.06.78, p. 7).

Após essa breve reconstituição da participação política do empresariado nacional na última década, cabe retomar as questões iniciais sobre o significado das críticas dos empresários ao Estado.

Entre os autores que têm se dedicado à análise dessa questão (Eli Diniz, Carlos Lessa, Fernando H. Cardoso, entre outros), parece haver consenso de que a crítica dos empresários não significa uma ruptura, mas antes uma tentativa de alcançar um “(. . .) reajuste institucional das regras políticas” (Lessa, 29.04.80, p. 32) ou “(. . .) a institucionalização de um novo tipo de relacionamento e de novas formas de convivência entre os setores público e privado pela abertura de um espaço de representação dos interesses do empresariado” (Diniz, 1983, p. 26).

Estas conclusões se baseiam na percepção de que a proposta democrática dos empresários tem estreitos limites, o que fica claro quando eclodem as greves operárias de 1978 e de 1980. Nesse momento, a ênfase do discurso empresarial já não se localiza na crítica ao regime. Estrategicamente, na defesa de seus próprios interesses, os empresários apóiam o candidato presidencial do regime — João Figueiredo — e aderem ao processo de liberalização controlada e conduzida pelo Estado. Segundo Fernando H. Cardoso,

“É inegável que, a partir deste momento, o Governo Figueiredo passou a ser encarado pelo empresariado como, se não um aliado, uma barreira necessária para conter a sofreguidão com que a pressão liberalizante, ao sopro das massas, deslocava-se do plano institucional para o plano social” (Cardoso, 1983, p. 23).

## Os industriais gaúchos e o Estado no pós-64

### A instalação do novo regime: 1964 a 1967

Durante os Governos dos Presidentes Castello Branco e Costa e Silva, como vimos, a estratégia do regime seria centrada no saneamento da economia através da implantação de uma política econômica restritiva e na desmobilização da sociedade civil. Essas questões, que atingiam a sociedade brasileira como um todo, eram discutidas pelos industriais gaúchos na FIERGS.

Durante o ano de 1964, as manifestações da entidade tinham um duplo sentido: de apoiar a “Revolução” e de conscientizar o empresariado gaúcho da importância de sua colaboração com as Forças Armadas, nos esforços de “(. . .) reorganização e reerguimento econômico do País, que acaba de emergir de uma grave crise política, da qual saíram vitoriosas as forças democráticas”, como consta na Ata da reunião conjunta da Diretoria e do Conselho de Representantes da FIERGS, de 15.04.64 (Rel. FIERGS/CIERGS, 1964).

Em abril de 1964, o representante do Comando do III Exército, Gen. Adalberto Pereira dos Santos, convocou a classe empresarial gaúcha para expor-lhe o pensamento do Comando Revolucionário. Na mesma ocasião, o referido General

solicitou a colaboração dos industriais na reorganização econômica do País. Em resposta, a FIERGS lançou um manifesto de apoio às medidas econômicas adotadas, em especial à contenção de preços. Os industriais aprovaram, também, a ação reguladora do Estado para corrigir as distorções na economia, ao mesmo tempo em que ofereciam seu “quinhão de sacrifícios” e criticavam aqueles industriais que não cooperavam com o Governo.

“A FIERGS (. . .) orienta-se unanimemente no sentido de: 1 – prestigiar, de todas as maneiras, as forças que tão bravamente impediram o processo de desagregação e conseqüente comunização do País; 2 – **colaborar com as medidas que se fizerem necessárias à recuperação da economia pública e privada, prontificando-se a indústria a suportar, desde logo, o seu quinhão de sacrifícios**, (grifo nosso); 3 – entrosar com as autoridades públicas competentes no sentido de uma política de preços adequada ao momento presente, visando a sua estabilidade nos níveis vigentes em 31 de março pretérito; 4 – acentuar que a desejada estabilidade do custo de vida, hoje anseio de todas as classes, depende também da ação governamental que objetive corrigir as distorções vigentes no campo da economia pública e privada, das quais os preços, em última análise, são dependentes; 5 – não tolerar e nem acobertar os industriais que, desconhecendo a importância transcendental do momento presente, busquem agravar os aflitivos problemas atuais através da especulação e desejo imoderado de lucro; 6 – confiar na compreensão generalizada de que somente o esforço comum de todas as classes – produtores, intermediários e consumidores –, apoiadas pelo empenho de um governo honesto e bem intencionado, oferecerá base necessária ao clima de recuperação nacional” (Rel. FIERGS/CIERGS, 1964, p. 13).

Três meses após a “Revolução”, os industriais gaúchos lançam um manifesto à indústria nacional – **chamamento à meditação** – no qual relembram suas apreensões com os rumos da política econômica do Governo anterior, assim como seu otimismo com o Movimento de Março de 64.

“Remontando ao mês de março, o mês mais crucial de nossa vida, como livres empresários, lembramo-nos de diversas manifestações de desapontamento e frustração quase que generalizada. Nunca em nossa existência nos sentimos tão ameaçados quando o processo de estatização iniciou a ‘marcha batida’, objetivando a eliminação da iniciativa privada. As encampações das refinarias particulares e o famoso decreto da SUPRA são exemplos típicos daquele período, independentemente da ostensiva pregação marxista e totalitária que aquele governo, corrupto e corruptor, estendia a todo o País.

.....  
 “Veio a Revolução; milagre de Deus, sem dúvida alguma, e, em 24 horas, a situação mudou” (Rel. FIERGS/CIERGS, 1964).

Neste novo manifesto, os industriais recordam, ainda, sua adesão imediata às propostas econômicas do novo Governo, e até sua disposição para “(. . .) suportar desde logo o seu quinhão de sacrifícios” (Rel. FIERGS/CIERGS, 1964, p. 13, item 2).

“Àquelas manifestações de frustração e desapontamento, surgiram as afirmativas de bons propósitos. O empresário eufórico e emocionado solidarizava-se com o novo Governo; a ele tudo prometia, em colaboração e trabalho; e condicionava este apoio à implantação das reformas.

“Lembramo-nos, ainda hoje, **de assertivas vibrantes e conclamações sinceras de convite ao trabalho, à mais produção, a mais desenvolvimento, tudo em prol do novo Brasil** (grifo nosso).

“Recordamos também que a resposta do empresário foi uníssona a estes convites e até muitos de nós afirmamos e cumprimos a **disposição de trabalhar de graça, se fosse necessário e representasse um bem para a redenção de nossa pátria**” (grifo nosso) (Rel. FIERGS/CIERGS, 1964).

Entretanto parece que nem todos os empresários mostram a mesma disposição de colaborar com o Governo. Nesse documento, a FIERGS propõe aos industriais uma pausa para reflexão sobre o empenho da categoria em cumprir os compromissos assumidos com o Governo revolucionário:

“Passaram-se os meses e, à medida que nos afastamos do mês de abril, notamos que a euforia de então declinou. Verificamos, também, que muitos dos empresários não estão sendo fiéis às suas palavras de confiança na nova era” (Rel. FIERGS/CIERGS, 1964).

O manifesto procura reafirmar a responsabilidade dos empresários na consolidação do Movimento de Março de 1964. A crítica àqueles que não confiam no Governo, que já havia aparecido no item 5 do manifesto anterior, é feita novamente. Condena-se aqueles que, com sua “especulação e desejo imoderado de lucro”, dificultam ainda mais a situação econômica e social do País.

“Estas nossas preocupações, que denominamos de **chamamento à meditação**, vêm a propósito de dois pontos fundamentais: em primeiro lugar, o interesse do País, cujo futuro indiscutivelmente se liga profundamente ao nosso comportamento, donde se depreende que é indispensável que se cumpra aquilo que se prometeu na transição ‘31 de março/1º de abril’. O segundo aspecto diz respeito aos resultados negativos de nossa própria atitude, caso ela não for bem medida. Uma má orientação em nossa conduta poderá ser geradora de imprevisíveis resultados no campo social” (Rel. FIERGS/CIERGS, 1964).

O primeiro manifesto da FIERGS ao novo Presidente da República, Mal. Humberto de Alencar Castello Branco, em 23.09.64, indica o estilo contraditório que vai predominar nas intervenções da entidade nos anos seguintes, até 1967: apesar de apoiarem a “Revolução” e a política geral adotada, os industriais gaúchos transmitem suas preocupações quanto à solução dos problemas econômicos do País e, em especial, daqueles que afetam diretamente a economia gaúcha.

As medidas antiinflacionárias são apoiadas, uma vez que a inflação é considerada pelos industriais o problema básico a ser resolvido e do qual depende o sucesso da política econômica do Governo Federal. Nesses termos, a contenção salarial é aprovada, desde que atinja também os órgãos públicos.

“Inadmissível no momento presente a existência de orçamentos que se esgotam na satisfação de verbas de pessoal, como se os entes públicos existissem não para atender às necessidades das coletividades por eles tuteladas, mas a uma burocracia numerosa e desordenada, prenhe de direitos e falha de deveres” (Rel. FIERGS/CIERGS, 1964).

As políticas nacionais de transportes e de energia elétrica são discutidas pela FIERGS neste manifesto por serem consideradas vitais para o desenvolvimento regional. A primeira é criticada por ter sido privilegiado o transporte rodoviário em detrimento dos ferroviário, marítimo e fluvial, considerados importantes para o escoamento da produção gaúcha. Quanto à energia elétrica, os industriais gaúchos entendem que as tentativas de industrialização no Rio Grande do Sul sempre esbarram na deficiência de energia elétrica para o Estado e no seu alto custo. Como solução, a FIERGS propõe a redução das tarifas de energia elétrica para o Estado, a fim de evitar que haja “(. . .) um retrocesso em sua evolução econômica, transformando-o, afinal, pela dificuldade apontada, em simples produtor de bens primários” (Rel. FIERGS/CIERGS, 1964).

Os problemas de infra-estrutura do Rio Grande do Sul são a principal preocupação da FIERGS durante o ano de 1965. Em março desse ano, a entidade envia ao Presidente da República um manifesto que praticamente reproduz o do ano anterior no que se refere à energia elétrica e ao transporte, sendo agregadas reivindicações quanto ao setor de comunicações: expansão dos serviços de telefonia e telégrafo e implantação do telex.

Essas questões são discutidas em detalhe durante a visita à FIERGS do Ministro do Planejamento e Coordenação Econômica, Roberto Campos, em julho de 1965. Nessa reunião, os industriais gaúchos solicitam, novamente, maior atenção do Governo Federal às deficiências dos setores de energia elétrica, transportes e comunicações, nos quais consideram que o Rio Grande do Sul foi preterido nos últimos anos. Essas deficiências, aliadas à posição geográfica do Estado, justificam, no entender dos empresários, um tratamento especial por parte do Governo Federal.

Ainda nesta reunião com o Ministro Roberto Campos, os industriais reafirmam sua confiança no Programa de Ação Econômica de Governo (PAEG)<sup>9</sup> e criticam aqueles que não o apóiam.

<sup>9</sup> O PAEG foi o plano econômico do Governo do Mal. Castelo Branco para os anos de 1964 a 1966. Seus objetivos principais, resumidamente, eram: acelerar o ritmo de desenvolvimento econômico; conter o processo inflacionário; atenuar os desníveis econômicos setoriais e regionais; assegurar oportunidades de emprego através de investimentos; e corrigir o déficit no balanço de pagamentos (Ver Ianni, 1977).

“Ninguém, de sã consciência, pode negar um crédito de confiança no Plano de Ação governamental, ainda mais se considerarmos que o mesmo se encontra apenas a meio termo de suas metas, já tendo conseguido deter a avalanche inflacionária que avançava em progressão geométrica.

“A oposição ao Programa de Ação — abstraindo-se quaisquer outras intenções — peca pela inoportunidade e incoerência. Não podemos admitir que se procure vincular a ação econômico-financeira do Governo a assuntos políticos. A primeira necessita e está sendo caracterizada pela serenidade e pelo trabalho planejado; enquanto que as questões políticas — como é comum — embrenham-se pelo terreno dos arroubos, das paixões e, na maior parte das vezes, da incompreensão” (Rel. FIERGS/CIERGS, 1965, p. 34).

Concluindo a reunião com o Ministro do Planejamento, a FIERGS renova seu apoio ao “Governo revolucionário” e às medidas adotadas para a recuperação da economia nacional, oferecendo sua cooperação com “(. . .) dedicação e patriotismo, para colocar o Brasil no grau de desenvolvimento que a ele se impõe” (Rel. FIERGS/CIERGS, 1965, p. 34).

As dificuldades econômicas do Rio Grande do Sul são apontadas novamente pela FIERGS em março de 1966, num ofício ao Ministro do Planejamento. Nesse documento, a classe empresarial gaúcha reafirma suas angústias quanto às questões econômicas ainda não solucionadas. Segundo a FIERGS, os problemas de infra-estrutura do Estado, assim como a falta de recursos financeiros (capital de giro) da indústria gaúcha, ainda não receberam a devida atenção do Governo Central. Os industriais gaúchos preocupam-se também com os resultados da política econômica implantada pela “Revolução” de março de 1964 que, segundo eles, não beneficiou a empresa privada.

“Os efeitos da ação governamental no campo econômico-financeiro — se bem que vitoriosos, globalmente, nos vinte primeiros meses do período pós-revolução — não fortaleceram, como era de se esperar, a economia privada. Pelo contrário: as empresas estão perdendo substância e, em cada vez maior número, ameaçadas em sua sobrevivência” (Rel. FIERGS/CIERGS, 1966, p. 15).

No entender dos empresários, os resultados benéficos da ação governamental foram utilizados para sanar os problemas financeiros do Governo, em especial aqueles decorrentes dos gastos com as estatais. Além disso, os industriais reclamam das diferenças no tratamento dado pelo Estado às empresas públicas e privadas.

“Do déficit governamental, se bem que sob controle, muitas das principais raízes, que se encontram nas autarquias e empresas estatais, ainda não foram extirpadas, sendo, inegavelmente, as maiores geradoras da delicada situação. Por outro lado, mantém o Governo uma situação bastante esdrúxula: a de impor à iniciativa privada medidas de ordem econômico-financeiras que não são aplicadas nas empresas tuteladas pelo Estado” (Rel. FIERGS/CIERGS, 1966, p. 15).

Finalmente, a FIERGS se propõe a continuar prestigiando a política econômica do Governo, mas apela para que os resultados obtidos sejam igualmente distribuídos, para que o País não sofra “(. . .) as inconveniências de um governo rico de uma economia pobre” (Rel. FIERGS/CIERGS, 1966, p. 15).

As manifestações dos empresários industriais gaúchos reunidos na FIERGS durante o ano de 1967 seguem o tom das anteriores, enfatizando as queixas do papel secundário atribuído ao Rio Grande do Sul no contexto nacional.

Em abril de 1967, a FIERGS manifesta-se sobre assuntos econômicos a diferentes autoridades do poder público federal. As questões levantadas, que já haviam sido motivo de ofícios ao poder central em anos anteriores, giram em torno dos problemas que mais afetam os industriais gaúchos: falta de recursos financeiros e tributação elevada, etc.

A deterioração da economia gaúcha em sua relação com a nacional é analisada pelos industriais num memorial ao novo Presidente da República, Mal. Arthur da Costa e Silva, em dezembro de 1967. Nesse memorial, a FIERGS expõe as causas que originaram a perda de posição do Rio Grande do Sul na economia nacional. Dentre estas, os industriais destacam o atraso tecnológico da indústria gaúcha em relação ao centro econômico do País, o que dificultaria aos produtores gaúchos a concorrência no mercado nacional. Esse atraso é explicado pelos industriais por fatores que vão desde a tradição artesanal dos imigrantes que iniciaram a industrialização no Estado e sua “timidez política” perante as lideranças ligadas ao Setor Primário até a própria mentalidade “isolacionista” do gaúcho (note-se que as indústrias não fazem referência à forma subordinada de articulação da economia gaúcha com a nacional). Como subsídios para serem levados em conta no planejamento nacional, a FIERGS propõe que os industriais intensifiquem seus esforços de adaptação da economia regional à nacional e que, em cocontrapartida, “(. . .) a União estenda a mão ao Rio Grande, para fazê-lo um complemento necessário e ajustado da economia do País” (Rel. FIERGS/CIERGS, 1967, p. 88). Fica clara, aqui, a concepção dos industriais gaúchos de um Estado-Providência, assistencialista.

A expectativa dos industriais gaúchos por maior assistência do Governo Federal, ao lado das críticas à ineficiência do setor estatal, questões que estão presentes nas posições da FIERGS durante os anos de 1964 a 1967, permite perceber a forma contraditória com que os industriais encaram a atividade econômica estatal.

Essa contradição aparece, claramente, durante a visita do Ministro do Planejamento e Coordenação Econômica, Hélio Beltrão, em agosto de 1967. Nessa ocasião os industriais gaúchos reconhecem o crescimento do Estado na economia nos últimos anos e a necessidade de sua intervenção direta na vida econômica do País, “(. . .) o que fez com que o poder público se transformasse no maior empresário do Brasil” (Rel. FIERGS/CIERGS, 1967, p. 60).

Mas, paralelamente, a FIERGS critica a ineficácia da administração pública, como já havia feito em anos anteriores.

“As grandes questões filosóficas, ideológicas e sociais, certamente, também decorrem dessa participação direta do Governo na vida econômica e ninguém se iluda, pois os problemas sociais somente serão resolvidos

quando resolvermos os problemas econômicos. Aí é que a grande empresa do Governo tem falhado acentuadamente: por culpa de estruturas, por deficiência de planejamento e pelo exagero imensurável da burocracia. **Falta, acima de tudo, ao Governo, produtividade e eficiência** (grifo nosso).

.....

“( . . . ) além da obrigação de um bom governo, deve ele (o Estado) ser um ótimo empresário” (Rel. FIERGS/CIERGS, 1967, p. 60).

Pode-se perceber, no pensamento dos industriais gaúchos em relação à atuação econômica do Estado, uma identificação de papéis que são, na realidade, conflitantes. Por um lado, esperam que o Estado seja um “bom governo”, um ente acima dos interesses de classe, mas que respeite a economia privada, garanta a “paz interna”, para que as atividades econômicas se desenvolvam sem problemas e que, sobretudo, auxilie a iniciativa privada sempre que ela o necessite. Por outro lado, é exigido do Estado que ele seja um “ótimo empresário”, no sentido de que o setor estatal apresente a “produtividade e eficiência” do setor privado, mas sem intervir ou conflitar com as atividades da empresa privada.<sup>10</sup>

A análise dos documentos da FIERGS referentes ao período 1964-67 permite estabelecer semelhanças na postura do empresariado regional e nacional, no que diz respeito a sua ambivalência quanto à atividade política e econômica do Estado. Segundo Eli Diniz:

“Se por um lado apoiavam os objetivos políticos ligados à desmobilização social, por outro lado mostravam-se insatisfeitos com certos aspectos da política de austeridade, sobretudo com a contenção de crédito para o setor privado e a redução geral do nível de investimentos” (Diniz, 1983, p. 14).

## A consolidação do novo regime: 1968 a 1973

Durante o período do “milagre econômico”, correspondente aos Governos dos Presidentes Arthur da Costa e Silva e Emílio Garrastazu Médici, a estratégia do regime seria a de consolidar as suas bases de apoio através dos resultados positivos de sua política econômica.

<sup>10</sup> Note-se que, a partir da reforma administrativa de 1967, o próprio Estado assumiu este papel contraditório. Por essa reforma, as empresas estatais passam a ter condições de funcionamento idênticas às do setor privado: “Assegurar-se-ão às empresas públicas e às sociedades de economia mista, condições de funcionamento idênticas às do setor privado, cabendo a essas entidades, sob a supervisão ministerial, ajustar-se ao Plano Geral do Governo”, conforme consta no art. 27, Decreto-Lei nº 200, de 25.02.67 (A REFORMA administrativa (1970). Rio de Janeiro, Auriverde).



A modernização do parque industrial brasileiro e a elevação acelerada das taxas de crescimento do PNB e da economia nacional como um todo levaram as classes dominantes a uma euforia sobre o futuro do País. Os outros segmentos da sociedade não conseguiam fazer-se ouvir, uma vez que a característica política do período do “milagre econômico” foi o recrudescimento do caráter autoritário do regime. A censura e a repressão política a todas as manifestações e movimentos populares garantiram a “paz interna” necessária à “( . . . ) consolidação de um tipo de desenvolvimento capitalista baseado numa forte intervenção estatal, na concentração oligopolista da produção e na internacionalização da economia” (Diniz, 1983, p. 14).

Esse modelo de desenvolvimento recebeu a adesão irrestrita das principais frações do empresariado nacional. Os industriais gaúchos, reunidos na FIERGS, manifestaram igualmente o seu apoio aos rumos dados ao processo de desenvolvimento nacional.

No final de 1968, a FIERGS divulgou sua posição sobre a conjuntura nacional. Nesse documento os industriais gaúchos reafirmam sua crença no papel preponderante da economia privada no processo de desenvolvimento e, ao mesmo tempo, reclamam maior participação do setor privado na “condução dos acontecimentos”.

“Não obstante os inúmeros contatos que são mantidos com as autoridades públicas, quase sempre somos tomados de surpresa por medidas governamentais que, inspiradas e executadas visando salutareos objetivos, na prática, representam não facilidades, mas sim óbices ao desenvolvimento de nosso trabalho” (Rel. FIERGS/CIERGS, 1968, p. 71).

Ainda assim, a FIERGS considera que, durante os anos de 1964 a 1967, aconteceram importantes mudanças no País, a níveis econômico e político. Essas reformas exigiram muito do empresariado nacional, mas tiveram um saldo positivo, “encaminhando, de modo geral, a nossa economia para rumos promissores”. Os industriais gaúchos entendem, também, que já há condições de maior integração entre os setores público e privado, em especial com o início do Governo do Mal. Costa e Silva.

“Com um novo Governo, a partir de março de 1967, mudou o estado psicológico e, paulatinamente, uma tensão depressiva foi substituída por um otimismo crescente, sempre lastreado em fatos e índices econômicos e nunca em vislumbres emocionais” (Rel. FIERGS/CIERGS, 1968, p. 72).

Os industriais gaúchos registram, ainda, sua apreensão com a agitação política ocorrida no País no final de 1967 e durante o ano de 1968. Para os empresários, “forças antibrasileiras passaram a tumultuar as atividades da Nação”, espalhando boatos sobre crises econômicas que não chegaram a acontecer, agitando a juventude, especulando com a moeda, enfim, cometendo ações que visavam a abalar “( . . . ) a tranquilidade da Nação, pondo sempre em risco o trabalho do Governo e toda a atividade econômica, ambos dirigidos para a indispensável estabilização e o conseqüente desenvolvimento” (Rel. FIERGS/CIERGS, 1968, p. 72).

Entretanto, no mesmo documento, a FIERGS considera ultrapassado o período da agitação política e iniciada uma fase em que as perspectivas econômicas são

favoráveis. Com essas perspectivas, a confiança dos empresários na condução política e econômica do Governo se fortaleceu. E, em contradição com toda a avaliação política que é feita no documento, os industriais gaúchos afirmam que não lhes cabe analisar politicamente a nova fase institucional que o País atravessa.

“Neste momento, o Brasil vive uma nova fase institucional. **Não nos cabe examiná-la em seus aspectos políticos** (grifo nosso), cumpre-nos, entretanto, apreciá-la em seus reflexos e sua interligação com as atividades de nossa área de ação. Existe tranqüilidade e segurança para que exerçamos o nosso mandato de trabalho, condição indispensável para que sejam atingidos os objetivos desenvolvimentistas e, por extensão, aqueles que dizem respeito ao bem-estar social da coletividade. As atuais condições e futuras perspectivas econômicas são favoráveis e a palavra do Governo é tranqüilizadora” (Rel. FIERGS/CIERGS, 1968, p. 72).

O entusiasmo dos industriais gaúchos com os rumos da vida nacional parece ainda maior em 1969. Em julho desse ano, numa homenagem da FIERGS ao Presidente da República, Mal. Arthur da Costa e Silva, o discurso de Plínio Kroef, Presidente da entidade, lembra as apreensões dos empresários em relação à desordem política e econômica do País antes de 1964. A seguir, Plínio Kroef explicita a satisfação dos industriais com os “governos revolucionários”, que conseguiram fazer o País retomar o desenvolvimento, modernizar a máquina governamental e fortalecer as instituições. “(. . .) o Brasil tem consciência de se haver posto em marcha, rumo aos seus objetivos de grande Nação” (Rel. FIERGS/CIERGS, 1969, p. 37). Para esta marcha, foi fundamental a “paz interna” garantida pelo Governo, bem como a ampliação dos investimentos públicos. Sobre este último ponto, Plínio Kroef destaca como maior contribuição do Governo Federal à economia gaúcha a solução dos problemas de infra-estrutura do Rio Grande do Sul, em especial no que se refere a comunicações, energia elétrica e transportes, que tanto preocuparam os industriais gaúchos no período anterior (1964-67).

Cabe destacar, ainda, uma nova contradição que se percebe no pensamento dos industriais gaúchos, no que se refere à sua posição em relação às questões políticas. Na análise de conjuntura feita no ano anterior, a FIERGS afirmava que “(. . .) não compete aos empresários fazer uma avaliação política da nova fase institucional do País” (Rel. FIERGS/CIERGS, 1968, p. 72).

No discurso em homenagem ao Mal. Costa e Silva, Plínio Kroef afirma a responsabilidade política dos empresários na construção da “ordem democrática”:

“(. . .) **o empresário não pode mais viver desligado do problema político** (grifo nosso), pois lhe cabe uma parcela decisiva de responsabilidade na preservação da ordem democrática e a correspondente quota de sacrifícios” (Rel. FIERGS/CIERGS, 1969, p. 30).

A nomeação do Gen. Emílio Garrastazu Médici, devida ao impedimento do Presidente Costa e Silva em 1969, dá aos industriais gaúchos, reunidos na FIERGS, nova oportunidade para manifestações de adesão à “obra revolucionária”. Em outubro desse ano, a FIERGS envia ao Gen. Médici, então Comandante do III Exér-

cito, um documento de apoio pela sua indicação à Presidência da República. Nesse documento, a FIERGS faz uma avaliação positiva dos dois “governos revolucionários” anteriores e manifesta seu otimismo com a proposta de continuidade feita pelo Gen. Médici, em seu primeiro pronunciamento à Nação. Agrada aos industriais gaúchos, em especial, a decisão de fixar limites para a atuação econômica do Estado, que, para a FIERGS, deve ser sempre “um vigilante, nunca o interveniente”.

“A concretização de tal proposta é antiga e justa aspiração do empresariado, que, antes de tudo, necessita de uma ‘regra de jogo’ estabelecida e que o norteie em sua ação de criar riquezas e cooperar para o bem-estar social. Certamente, **aportar-se-á ao ponto ideal de equilíbrio em que o Estado seja sempre um vigilante, nunca o interveniente**” (grifo nosso). (Rel. FIERGS/CIERGS, 1969, p. 30).

A leitura dos manifestos da FIERGS referentes ao período do “milagre econômico” (1968-73)<sup>11</sup> permite constatar uma mudança significativa no discurso dos industriais gaúchos. O tom de lamúria pela perda de posição do Rio Grande do Sul no panorama nacional, característico das manifestações da FIERGS no período 1964-67, bem como a ambigüidade de suas posições em relação à política econômica adotada são substituídos por um entusiasmo com os resultados satisfatórios conseguidos no período do “milagre”. Contudo os empresários não explicitam quais teriam sido esses resultados, ou que medidas econômicas teriam beneficiado o desempenho da indústria gaúcha nesse período.

O entusiasmo dos industriais gaúchos com o “milagre econômico” acompanha, citando novamente Eli Diniz, a tendência de comportamento do empresariado nacional.

“O êxito desta fase marcada pela prosperidade econômica levaria a que a ambigüidade inicial fosse substituída pela adesão generalizada, predominando uma visão otimista quanto à eficácia do modelo formulado pela coalizão dirigente” (Diniz, 1983, p. 15).

## A crise econômica e a distensão política: 1974 a 1978

A atuação do Estado entre os anos de 1974 e 1978 caracteriza-se, a nível econômico, pela tentativa de prolongar o “milagre” através do desenvolvimento da indústria pesada. O Brasil é definido pelo Governo como uma “ilha de prosperidade” no oceano da crise mundial. Entretanto a proposta do II PND não chega a se concretizar, vencida pelas dificuldades econômicas internas e externas do País. Em 1979,

---

<sup>11</sup> Foram analisados aqui apenas os anos de 1968, 1969 e 1972, porque os documentos da FIERGS referentes aos demais anos que compõem o período do “milagre econômico” não contêm nenhuma manifestação sobre questões políticas ou econômicas gerais.

frente à possibilidade de reduzido crescimento da economia, o Governo dá prioridade à agropecuária.

A nível político, o Governo do Gen. Ernesto Geisel define uma estratégia de liberalização gradual para fazer frente à movimentação da sociedade civil que, através de sindicatos, Igreja e intelectuais, manifesta suas críticas ao modelo de desenvolvimento.

“Trata-se de uma proposta de mudança política, caracterizada por um processo de atenuação gradual dos instrumentos autoritários do regime, mantendo o Governo o monopólio da iniciativa e o controle sobre as regras do jogo político” (Diniz, 1983, p. 19).

O empresariado nacional, como vimos, também se organiza e participa de um embate político com o regime, na tentativa de ampliar sua influência sobre os rumos do capitalismo brasileiro.

Já os industriais gaúchos entrarão no debate com algum atraso. Além disso, o discurso dos industriais gaúchos terá um tom mais moderado do que o de seus pares a nível nacional.

No discurso de despedida da Presidência da FIERGS em 1974, Paulo Vellinho atribui as dificuldades econômicas do País a causas externas: crise monetária internacional, crise do petróleo, inflação dos países desenvolvidos, etc., mas considera que essas dificuldades serão superadas se houver “cooperação e confiança”.

“O momento é importante (. . .) ele exige a consciência de que, irmanado em todos os seus poderes representativos, o Brasil e seu povo vencerão a batalha das vicissitudes que o mundo nos jogou como um desafio, e a certeza de que a batalha do desenvolvimento será por nós vencida” (Rel. FIERGS/CIERGS, 1974, p. 12).

Também o novo Presidente da entidade, Luís Mandelli, deposita total confiança na atuação do Governo Federal e nas medidas de política econômica adotadas para estimular a consolidação da indústria de base no País. Entretanto chama atenção para a necessidade de apoio às pequenas e médias empresas que constituem a base do parque industrial gaúcho e que não conseguem acompanhar o ritmo de crescimento da economia nacional.

“Acreditamos no Brasil (. . .) Se hoje temos algumas dificuldades de ordem financeira — principalmente na pequena e média empresas —, estou convicto de que as autoridades monetárias estão atentas ao problema e que em breve, muito em breve, estas dificuldades estejam superadas. O essencial é mantermos a confiança no patriotismo e no discernimento dos homens que governam este País e adequarmos as nossas programações à realidade” (Rel. FIERGS/CIERGS, 1974, p. 51).

O problema da escassez de recursos financeiros, indicado por Mandelli como uma das principais causas da “desgauchização” da economia do Estado, aparecerá constantemente nas manifestações da entidade nos anos seguintes.

A posição dos industriais gaúchos sobre o II PND é definida em maio de 1975

num documento conjunto da FIERGS e demais federações empresariais do Rio Grande do Sul, entregue ao Presidente Ernesto Geisel. Nesse documento, os empresários mostram-se satisfeitos por encontrarem no Plano a confirmação da livre iniciativa como “instrumento propulsor dos avanços sócio-econômicos” e, paralelamente, “a necessidade de equilíbrio entre o capital nacional e o estrangeiro, para a consecução das metas do País”. Sobre este último aspecto, os empresários compreendem a importância vital do capital estrangeiro para o desenvolvimento nacional, mas indicam a necessidade de disciplinar o seu ingresso. A atuação direta do Estado na economia também é aceita, desde que se limite aos setores definidos no II PND.

Esse documento destaca, ainda, a necessidade de fortalecimento financeiro da empresa privada nacional para garantir o equilíbrio entre o setor público e o privado.

“A atual conjuntura indica a urgente necessidade de a empresa nacional ser dotada de condizentes estruturas de capital, cuja fonte predominante tem que ser a poupança interna, infelizmente ainda abalada pelo descrédito do mercado de ações, instrumento que carece de urgente recuperação” (Rel. FIERGS/CIERGS, 1975, p. 61).

Deve-se intensificar também a utilização dos recursos disponíveis, em especial daqueles geridos pelo BNDE.

“( . . . ) há que se agilizar o emprego dos recursos disponíveis, notadamente aqueles geridos pelo BNDE (IBRASA, EMBRAMEC e FIBASE) que ainda não atingiram maiores segmentos empresariais e, de modo especial, à pequena e média empresas, ainda, e talvez por muito tempo, sustentáculo decisivo da Economia Brasileira” (Rel. FIERGS/CIERGS, 1975, p. 61).

A avaliação da FIERGS sobre o documento “**Ação para a Empresa Privada Nacional**” (1976) é de que ele encerra o debate sobre a estatização e a iniciativa privada no País. Segundo os industriais gaúchos, o documento completa o II PND, assegurando o desenvolvimento nacional através da colaboração do capital privado nacional, do capital estrangeiro e do capital estatal, além de ampliar os mecanismos de apoio à maior capitalização do empresariado nacional. A FIERGS considera ainda que o documento demonstra a intenção do Governo de criar condições para que a iniciativa privada “( . . . ) venha a ser efetivamente o grande agente do nosso processo sócio-econômico” (Rel. FIERGS/CIERGS, 1976, p. 61).

No entanto o problema do crescimento excessivo da atuação econômica do Estado é novamente incorporado às manifestações da FIERGS em 1977. Em seu discurso de despedida da Presidência da entidade, Luís Mandelli afirma que as crises internacionais, aliadas a fatores como o endividamento externo e a inflação, agravam ainda mais os desníveis econômicos e, em especial, a situação da empresa privada nacional. Como solução, ele propõe estancar o crescimento da empresa estatal, para diminuir a pressão desse setor sobre a empresa privada.

“A empresa privada nacional deve assumir o efetivo comando de nossa economia, sem hostilizar os sadios capitais estrangeiros que aqui apor-

tam e tendo nos capitais estatais um aliado em áreas estratégicas e de segurança de Nação. Por outro lado, não é concebível que a empresa estatal ingresse ou permaneça em áreas industriais atendidas ou passíveis de serem supridas pela empresa privada.

.....

“Sabemos que o problema não é de fácil solução. Todavia, se for estancada a expansão da empresa estatal, o nosso crescimento industrial a médio e longo prazos corrigirá as distorções, por si só, da atual tendência de compressão sobre a iniciativa privada brasileira” (Rel. FIERGS/CIERGS, 1977, p. 17).

No mesmo ano, a FIERGS critica também a política creditícia do Governo através de uma nota em que denuncia que o custo excessivo do dinheiro está provocando a descapitalização das empresas, principalmente as pequenas e médias, e a transferência dos recursos para as instituições financeiras.

“O problema tem se agravado nos últimos anos, considerando o crescimento da economia como um todo. O empresariado viu-se num impasse: acompanhar este crescimento ou marginalizar-se. Assim sendo, as indústrias foram, de um modo geral, induzidas a se expandirem, notando-se relativa facilidade de endividamento para a formação de seu ativo fixo, não encontrando respaldo para uma adequada composição de seu capital de giro necessariamente correspondente” (Rel. FIERGS/CIERGS, 1977, p. 96).

A definição de medidas para solucionar esses problemas, segundo a FIERGS, deve ser fruto de um diálogo entre o Governo e os empresários:

“( . . . ) agora, mais do que nunca, se torna imprescindível o diálogo entre o poder público e a iniciativa privada, com vistas a uma maior planificação e detalhamento, principalmente na atual e transitória fase de dificuldades, em que o País precisa maximizar seus escassos recursos de capital” (Rel. FIERGS/CIERGS, 1977, p. 97).

A participação política dos empresários e a liberalização do regime são também comentados em 1977 pelo novo Presidente da FIERGS, Ênio Verlangieri. A atuação política do empresariado é admitida, desde que vinculada aos partidos políticos e não ao órgão representativo da categoria. Contudo essa participação tem um sentido corporativo: o de defesa dos interesses do empresariado na elaboração de leis que regem a atividade econômica; “( . . . ) o empresário levaria para o Legislativo a vivência da atividade privada, contribuindo com informações para evitar que sejam aprovadas leis incompletas ou mesmo falhas” (Rel. FIERGS/CIERGS, 1977, p. 142).

Quanto à liberalização do regime, a FIERGS entende que “o País todo busca e anseia por isto”, que “ela é uma evolução natural do movimento de 64”, mas que deve ser conduzida lentamente, para não causar perturbações.

Definido o nome de João Figueiredo para a Presidência da República em 1978, a FIERGS produz dois documentos de análise da situação econômica do País e do

Rio Grande do Sul, contendo propostas de medidas econômicas de alcance federal e estadual.

O primeiro documento, entregue ao futuro Presidente, apresenta sugestões de aperfeiçoamento da estrutura produtiva nacional, levando em conta a realidade de escassez de recursos e as prioridades de desenvolvimento sócio-econômico. Pela primeira vez, em todo o período pesquisado, os industriais se detêm na análise dos problemas econômicos de forma mais abrangente. Conseqüentemente, o teor das reivindicações também é mais amplo: definição sobre a participação do Estado no campo econômico; apoio à empresa privada nacional, em especial à pequena e à média; disciplinamento da industrialização; política de adequada capitalização e investimentos empresariais; acompanhamento do ingresso de capitais estrangeiros para destiná-los a áreas e setores não cobertos pela empresa nacional; criação e absorção de tecnologia; política de transportes; formação de recursos humanos; e, finalmente, a participação dos empresários nos órgãos decisórios da política econômica nacional.

A centralização excessiva do poder econômico-financeiro em torno da União, ocorrida nos últimos dez anos, é vista como a causa dos graves problemas dos estados, uma vez que, segundo os empresários, suas receitas se esgotam nas despesas de custeio, restando muito pouco para os investimentos em infra-estrutura. Problema semelhante ocorre na área de programas e projetos de empreendimentos regionais, cuja definição final cabe ao poder central que possui quase todos os recursos provenientes da captação da poupança nacional, principalmente a compulsória. Para os industriais gaúchos, a solução seria a revisão das áreas de atuação dos estados e municípios de acordo com suas responsabilidades e recursos, o que poderia implicar uma reforma tributária. Além disso, sugerem a criação de algum tipo de mecanismo que permita à população participar das decisões que afetam o desenvolvimento de sua região.

Resumindo suas posições já expressas em anos anteriores sobre a política de industrialização nacional e o desenvolvimento econômico alcançado nos últimos anos, o documento destaca as distorções ocorridas: o endividamento e a subcapitalização das empresas nacionais; a excessiva atividade econômica estatal; e a inexistência de controle do capital estrangeiro no País.

No que se refere à escassez de recursos financeiros das indústrias, a FIERGS indica, novamente, a necessidade de maior "( . . . ) apoio financeiro do Governo ao setor produtivo, atividade-fim hoje dependente, numa inversão de valores, da atividade-meio, o sistema financeiro. Na atualidade, o comando indireto, porém efetivo, da economia nacional é exercido por um subproduto do Poder Econômico, o Poder Financeiro" (Rel. FIERGS/CIERGS, 1978, p. 20).

O crescimento da atividade econômica estatal é atribuído às necessidades do modelo político-industrial adotado. Entretanto os empresários apontam a necessidade de que esse crescimento seja controlado:

"O Governo, teoricamente, delimitou a participação do Estado no campo econômico. Inexiste, no entanto, o necessário detalhamento sobre quais áreas lhe estão reservadas e em que condições poderia privatizar

as empresas de que é detentor. Vale acrescentar que os estados da União também não demonstram sensibilidade para com o problema” (Rel. FIERGS/CIERGS, 1978, p. 20).

Da mesma forma, a entrada de capitais estrangeiros em si é bem aceita, desde que controlada pelos órgãos competentes e direcionada para os setores que exigem maiores recursos de capitais e técnicas sofisticadas que não podem ser supridas pelas empresas nacionais.

O controle e orientação do crescimento industrial, da atuação do Estado e do capital estrangeiro no País são considerados atribuição do Conselho do Desenvolvimento Industrial (CDI). Para que as decisões desse órgão reflitam também os anseios dos empresários nacionais, o documento sugere que se institucionalize a representação das entidades de classe nesse Conselho (o que já era proposto pelos empresários nacionais em 1974).

“Vislumbramos não uma forma de interveniência indevida, porém de autêntica cooperação que possa, antes de tudo, fornecer informações procedentes e atualizadas para as superiores decisões” (Rel. FIERGS/CIERGS, 1978, p. 20).

O segundo documento publicado pela FIERGS em 1978, apesar de mais sintético do que o primeiro, recoloca e enfatiza determinados problemas econômicos que já constavam no anterior. Após analisar a importância da economia gaúcha na gestão do Produto Interno Bruto do País, são levantadas, novamente, as dificuldades econômicas nacionais: o balanço de pagamentos, a dívida externa, a inflação, a concentração de renda em áreas não produtivas, o fraco crescimento das taxas de emprego e o endividamento e descapitalização da empresa privada nacional. A ênfase é colocada no modelo centralizado de política econômica e na intervenção do Estado na economia.

Pelos problemas e distorções econômicas citados, os industriais consideram esgotado o modelo centralizado de política econômica, e propõem a organização de um “autêntico sistema federativo” como forma de corrigir as distorções regionais.

“Com efeito, o exercício de 1978 confirmou a imperiosa necessidade de ser implantada uma descentralização econômica e administrativa, proporcionando melhores condições ao desenvolvimento das diferentes regiões, dotadas de características e peculiaridades próprias, além de agilizar as decisões e procedimentos que não podem ficar à mercê de medidas abruptas, imprecisas e pendulares, ditadas pela tecnoburocracia centralizada” (Rel. FIERGS/CIERGS, 1978, p. 80).

Para controlar os excessos da atuação estatal na área econômica, propõem os industriais que sejam respeitados os preceitos da Constituição relativos à livre iniciativa.

“É preciso que o artigo 170 da Constituição Federal seja efetivamente observado. Na verdade, o primado da livre iniciativa e o caráter suplementar do Estado na atividade econômica não têm sido considerados,



comprometendo uma saudável democracia econômica” (Rel. FIERGS/CIERGS, 1978, p. 80).

Apesar das críticas expostas no documento, os empresários reafirmam sua confiança nas potencialidades e na tranquilidade interna do País, assim como na capacidade das autoridades de reestruturarem a política econômica nacional com o auxílio dos empresários:

“Na formulação de políticas e estratégias econômicas não há como ignorar ou relegar ao plano de meros espectadores os que serão envolvidos, inclusive tornando-os partícipes e solidários com as decisões. As entidades de classe representativas hão de ser competentes e responsáveis para colaborarem no encontro das melhores soluções” (Rel. FIERGS/CIERGS, 1978, p. 80).

Note-se que a posição dos industriais gaúchos é mais moderada que a dos empresários nacionais em 1978. Enquanto, a nível nacional, os empresários evoluíram da crítica à atividade econômica estatal para a crítica ao modelo de desenvolvimento, no Rio Grande do Sul a FIERGS limitou-se a fazer sugestões de medidas econômicas gerais, sem referir-se à questão social e à democracia.

Essa é, ao que parece, a tônica das manifestações dos industriais gaúchos no período: suas reivindicações restringem-se à solução de problemas econômicos que os afetam diretamente, em especial a escassez de recursos financeiros. Eles parecem não ter capacidade de compreender a estratégia político-econômica do Governo como uma proposta global para a sociedade brasileira. Talvez isso explique o porque, nesse período, atribuam as dificuldades econômicas nacionais principalmente a fatores externos, como a crise internacional e, de forma secundária, a alguns “desajustes” na definição da política econômica. Isso aparece também em relação ao II PND. Enquanto a nível nacional houve uma intensa mobilização dos empresários contra o Plano, considerado estatizante, a avaliação da FIERGS é de que ele demonstra a intenção do Governo de fortalecer a iniciativa privada e levá-la a ser “o grande agente de nosso processo sócio-econômico”.

A crítica dos industriais gaúchos à estatização é, não raras vezes, reduzida à centralização dos recursos financeiros na União e à tributação excessiva. A solução proposta limita-se a uma reforma tributária que contemple e devolução da autonomia administrativa aos estados e municípios.

Finalmente, a posição dos industriais gaúchos sobre a sua participação política na vida nacional tem um caráter restrito e corporativo: a defesa de interesses econômicos imediatos. Nesses termos, a estratégia política que se delinea visa à ocupação, pelos empresários, de cargos executivos ou legislativos para garantir a execução de medidas econômicas ou a elaboração de leis que sirvam aos seus interesses. A proposta de participação empresarial nos órgãos de decisão econômica também é restrita, pois é dirigida apenas ao Conselho de Desenvolvimento Industrial. Não foi encontrada referência à necessidade de representação dos empresários no Conselho de Desenvolvimento Econômico, o órgão mais importante no processo decisório sobre a política econômica. Contraditoriamente, quando convidados a participar, os in-

dustriais gaúchos se omitem. Durante o período 1974-78, mais de uma vez a FIERGS reiterou a expectativa de um diálogo mais estreito entre o Governo e a iniciativa privada. Entretanto, em 1976, quando o Ministro do Planejamento solicitou às entidades empresariais sugestões para desestatizar a economia nacional, a FIERGS não se manifestou.

## Considerações finais

A sistematização das manifestações dos industriais gaúchos no período 1964-78, levada a efeito neste estudo, permitiu identificar algumas questões que deverão ser aprofundadas no desenvolvimento da pesquisa.

No período de 1964 a 1967, além das declarações de adesão e comprometimento com a “obra revolucionária”, a ênfase dos manifestos da FIERGS centrava-se nas deficiências de infra-estrutura do Rio Grande do Sul e na perda de posição da economia gaúcha em relação à nacional. Na discussão desses problemas já aparece, como característica geral do pensamento dos industriais gaúchos, uma noção do Estado nacional que é comum também ao empresariado nacional — o Estado-Providência, assistencialista, que deve intervir na economia sempre que os empresários o necessitem, mas sem competir com as atividades privadas. Contudo, o que é peculiar nessa visão assistencialista do Estado e que aparece explicitado pelos industriais gaúchos é a sua “timidez política”, justificada pela presença de uma burguesia agrária forte e atuante no Estado, aliada a uma mentalidade “isolacionista”, que faz com que percebam a indústria gaúcha como tendo problemas específicos que justificam a necessidade de atenção especial do Governo Federal.

Na conjuntura do “milagre econômico”, os documentos da FIERGS seguem o tom ufanista das classes dominantes no período: satisfação com a “paz interna”, conseguida após a repressão à “agitação política” dos anos 67 e 68, e, em especial, com os resultados positivos da política econômica.

Nas duas primeiras conjunturas analisadas, as posições dos industriais gaúchos acompanhavam a tendência dos empresários nacionais. Já no último período pesquisado, aparecem diferenças importantes.

A partir de 1974, como vimos, o empresariado nacional parece desiludir-se com o regime e mobiliza-se com o objetivo de ampliar sua participação no jogo político. No Rio Grande do Sul, os industriais têm uma participação marginal no debate sobre a atuação do Estado. Não só começam a discuti-la com atraso, como o seu questionamento não é direto, mantendo-se a nível de uma crítica velada e cautelosa, sempre suavizada por afirmações de confiança e vontade de cooperar com o Governo. Tem-se a impressão de que a situação de abandono do Rio Grande do Sul sentida pelos industriais condiciona-os a serem moderados em suas críticas, com medo de perderem as benesses que reclamam do Estado. Mas a “timidez” dos industriais gaúchos deve ter causas mais profundas.

Ao demonstrar certa habilidade nas suas manifestações, intercalando elogios com críticas moderadas ao Estado na tentativa de obter benefícios sem provocar

conflitos, os industriais gaúchos expressam um estilo de atuação de uma fração de classe que não é dominante na economia gaúcha — devido, entre outras razões, à importância histórica do Setor Primário — e que, além disso, desenvolve suas atividades num Estado que vem perdendo posição no contexto nacional. Note-se que, apesar de o peso econômico da indústria gaúcha suplantar o da agricultura, na década de 70 não existe uma elite industrial com representatividade a nível nacional, como é o caso da burguesia agropecuária gaúcha que mantém sua hegemonia política. Talvez isso explique, também, a simplificação que a FIERGS faz ao propor a reforma tributária como solução para a centralização excessiva. Ao defender a autonomia administrativa e financeira do Estado regional, os empresários estariam tentando garantir uma esfera de negociação mais restrita, sobre a qual teriam maior influência. Nesses termos, pode-se dizer que a relação dos industriais gaúchos com o Estado nacional se caracteriza por uma atitude servil de uma categoria que sabe que seu peso político e econômico é limitado.

## Bibliografia

- ABRANCHES, Sérgio Henrique (1979). A questão da empresa estatal — economia, política e interesse público. *Revista de Administração de Empresas*, Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 19(4):95-105, out./dez.
- (1981). Economia política e democracia: notas sobre a lógica da ação estatal. *Dados*, Rio de Janeiro, IUPERJ, 24(1):3-23.
- AFONSO, Carlos A. & SOUZA, Herbert de (1977). *O estado e o desenvolvimento capitalista no Brasil: a crise fiscal*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- BELLUZZO, Luiz Gonzaga de Mello (1977). A intervenção do Estado no período recente. *Ensaios de Opinião*, Rio de Janeiro, Inúbia, 5(2-3):25-7.
- BOSCHI, Renato Raul (1979). *Elites industriais e democracia*. Rio de Janeiro, Graal.
- CARDOSO, Fernando Henrique (1971). *Empresário industrial e desenvolvimento econômico no Brasil*. 2.ed. São Paulo, Difel.
- (1977). Expansão estatal e democracia. *Ensaios de Opinião*, Rio de Janeiro, Inúbia, 5(2-3):17-20.
- (1983). O papel dos empresários no processo de transição: o caso brasileiro. *Dados*, Rio de Janeiro, IUPERJ, 26(1):9-27.

- DINIZ, Eli (1978). **Empresários, estado e capitalismo no Brasil: 1930-45**. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- (1983). **Empresariado e transição política no Brasil: problemas e perspectivas**. (s.n.t.) (Trabalho apresentado no XI International Congress of the Latin American Studies Association, México, mimeo).
- DINIZ, Eli & BOSCHI, Renato Raul (1978). **Empresariado nacional e estado no Brasil**. Rio de Janeiro, Forense Universitária. (Brasil Análise e Crítica).
- (1979). Autonomia e dependência na representação de interesses industriais. **Dados**, Rio de Janeiro, IUPERJ, (22):85-8.
- GAZETA MERCANTIL (1977). Rio de Janeiro, 5/7.11. p. 3.
- (1977). Rio de Janeiro, 13.09. p. 1.
- (1978). Rio de Janeiro, 27.06. p. 7.
- GUIMARÃES, Cesar (1977). **Empresariado, tipos de capitalismo e ordem política**. **Dados**, Rio de Janeiro, IUPERJ, (14):35-47.
- IANNI, Octávio (1977). **Estado e planejamento econômico no Brasil (1930-1970)**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.
- LESSA, Carlos (1978). **A estratégia do desenvolvimento 1974/76; sonho e fracasso**. Rio de Janeiro. (mimeo).
- (1980). A descoberta do estado totalitário. **Gazeta Mercantil**, São Paulo, 29.04. p. 33-4.
- MALAN, Pedro Sampaio (1981). O debate sobre estatização no Brasil. **Dados**, Rio de Janeiro, 24(1):25-36.
- MARTINS, Carlos Estevam (org.) (1977). **Estado e capitalismo no Brasil**. São Paulo, Hucitec-Cebrap.
- (1977b). **Capitalismo de estado e modelo político no Brasil**. Rio de Janeiro, Graal.
- MARTINS, Luciano (1968). **Industrialização, burguesia nacional e desenvolvimento** (introdução à crise brasileira). Rio de Janeiro, Saga.
- (1978). Estatização da economia ou privatização do Estado? **Ensaio de Opinião**, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 9:30-7.
- MATIAS, G. (1977). Estado e capital: notas sobre um debate recente. **Revista Contraponto**, Rio de Janeiro, Noel Nutels, 2(2):50-75, nov.
- MELLO, João Manuel Cardoso (1977). O estado brasileiro e os limites da estatização. **Ensaio de Opinião**, Rio de Janeiro, Inúbia, 5(2-3):14-6.
- MOTTA, Fernando (1979). **Empresários e hegemonia política**. São Paulo, Brasiliense.
- PESSANHA, Charles Freitas (1981). **Estado e economia no Brasil: a campanha contra a estatização—1974-1976**. Rio de Janeiro, IUPERJ. (Tese de Mestrado, mimeo).

RELATÓRIO FIERGS/CIERGS (1964/78). Porto Alegre (s.d.).

TORRES, João Carlos (1977). Referências teóricas para a análise da questão da estatização. In: MARTINS, Carlos Estevam. **Estado e capitalismo no Brasil**, São Paulo, Hucitec-Cebrap.

VEJA (1976). Rio de Janeiro, Abril, n. 402, maio.